

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

REGULAMENTO

A Secretaria de Estado da Saúde, doravante denominada SESA, realizará **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS (COM FINS LUCRATIVOS E SEM FINS LUCRATIVOS) PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (artigo 24, da Lei 8.080/1990)**, conforme Processo nº 83802525, devidamente aprovado pela autoridade competente, sendo regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 8.080/90 e Lei Estadual nº 9.090/2008 e suas alterações, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- A documentação relacionada neste edital para fins de credenciamento deverá ser entregue na Gerência de Contratualização da Rede Complementar/Núcleo Especial de Contratualização, Rua Judith Maria Tovar Varejão, nº 255, Ed. Enseada Plaza, CEP: 29050–360, Bairro Enseada do Suá, Vitória-ES, de 2ª à 6ª feira, no horário de 09h00 as 17h00.

1.2- Os trabalhos serão conduzidos por uma Comissão do Órgão Promotor do Credenciamento, formalmente designada pela autoridade competente para aferir a documentação apresentada pelos interessados.

1.3- PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Pedidos de esclarecimentos deverão ser ofertados formalmente, em documento impresso ou por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: **nuepaccredenciamento@gmail.com**, desde que seja informado o número deste Edital.

2. DO OBJETO

- a) O objeto deste Edital é o credenciamento de instituições privadas (com fins lucrativos e sem fins lucrativos), interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Estado do Espírito Santo, especializadas no tratamento em regime de internação de condições agudas para adultos com transtornos mentais e comportamentais incluindo os decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, através de internações de curta duração, conforme descrito nos Anexo I – A (DESCRIÇÃO DO OBJETO) e Anexo II – A (FLUXO DE ENTRADA DE PACIENTES).
- b) O credenciamento visa atender aos municípios das Macros Regiões Central, Metropolitana, Sul e Norte, referenciados para os municípios executores – conforme Plano Diretor de Regionalização do Estado do Espírito Santo 2011, conforme o Plano Diretor de Regionalização do Estado do Espírito Santo 2011 e a Programação Pactuada Integrada - PPI.

2.1 DA NECESSIDADE

O Edital visa credenciar 80.460 (oitenta mil quatrocentos e sessenta) diárias, totalizando um estimativo de gasto de R\$ 29.888.208,00 (vinte e nove milhões oitocentos e oitenta e oito mil duzentos e oito reais).

A Portaria Estadual Nº 090-R, de 13 de outubro de 2014, estabelece que a permanência do paciente na instituição de internação será pelo menor tempo possível, de **no máximo 02 (dois) meses**, com a possibilidade de **uma só prorrogação**, justificada, por mais 01 (um) mês, **totalizando 90 (noventa) dias de internação**. Portanto, as internações podem se estender pelo período de 90 (noventa) dias.

| Dias de Permanência | Valor da Diária ¹ | Valor Estimado (DIÁRIAS X DEFICT) |
|-------------------------|------------------------------|---------------------------------------|
| 1-60 dias – 894 LEITOS | 398,00 | R\$21.348.720,00 (894x60x R\$ 398) |
| 61 -90dias – 894 LEITOS | 318,40 (80%) | R\$ 8.539.488,00 (894x30x R\$ 318,40) |
| TOTAL | | R\$ 29.888.208,00 |

¹ VALOR JÁ PRATICADO POR ESTA SECRETARIA.

O pagamento será realizado de acordo com as diárias efetivamente utilizadas.

Conforme disposto no item 10.2, após 60 (sessenta) dias de internação, o valor da diária corresponderá a 80% do valor inicial.

3. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

3.1- Este Edital terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e estará vigente por prazo indeterminado até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

3.2 - A revogação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

3.3 - Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- Os recursos do presente Edital correrão à conta do orçamento do Fundo Estadual de Saúde da SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a credenciada estiver situada, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho 10.302.0030.4705, Natureza da Despesa 3.3.90.39.00, Fonte de Recursos 0135000003 e/ou 0335000001 e/ou 0304000000e/ou 0104000000 (SUS – Produção).

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar do processo de credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2 - Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III e IV da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- c) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- d) Não cumpram o disposto no art. 26, § 4º, da Lei Federal 8.080/90;
- e) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

6.1- Somente serão consideradas credenciadas as entidades que apresentarem, na íntegra e em plena vigência, a documentação relatada no Anexo II, deste Edital e que comprovarem o atendimento às condições estabelecidas no Edital.

7. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

7.1- Enquanto estiver vigente este Edital, os participantes deverão entregar a documentação, em um envelope opaco, indevassável, rubricado, contendo na parte externa os seguintes dizeres:

- Envelope Credenciamento
- Estado do Espírito Santo
- Secretaria de Estado da Saúde – SESA
- Subsecretaria de Estado da Assistência em Saúde - SASS
- Gerência de Contratualização da Rede Complementar - GECORC

- Núcleo Especial de Contratualização de Serviços Hospitalar e Ambulatorial - NEC
- Rua Judith Maria Tovar Varejão, nº 255, Ed. Enseada Plaza, CEP: 29050-360, Enseada do Suá, Vitória-ES, de 2ª à 6ª feira, no horário de 09h00 às 17h00.
- Razão Social completa da participante
- **DOCUMENTO HABILITATÓRIO** Ref. Credenciamento - SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018.

7.2 - Será de inteira responsabilidade das proponentes o meio escolhido para entrega, à Comissão de Credenciamento, do envelope acima, não sendo consideradas quaisquer propostas recebidas fora do prazo de vigência deste Edital, ainda que em razão de caso fortuito, força maior ou fato de terceiros.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1- A Comissão responsável pelo recebimento dos documentos procederá com a verificação dos mesmos, aferindo sua compatibilidade com as exigências deste Edital, e decidirá pelo credenciamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, salvo força maior ou caso fortuito.

8.2 - Os documentos apresentados serão rubricados pela Comissão e por todos os presentes.

8.3 – Antes da decisão pelo credenciamento, a SESA realizará visita técnica ao serviço, emitindo relatório sucinto sobre as condições técnicas do mesmo.

8.4 – Não se admitirá decisão denegatória do credenciamento sem prévia fundamentação.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10. DO PREÇO

10.1- A SESA/GERAS/NEASA, pagará à CONTRATADA, pelo procedimento de internação em saúde mental, os valores discriminados abaixo por diária em leito, conforme classificação do serviço, cujos critérios estão descritos no item **12. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO** (termo de referencia) e **ANEXO I-A DESCRIÇÃO DO OBJETO**.

10.1.1 Valor da diária: R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais) – Referente à: honorários dos profissionais constantes na Portaria Estadual 059-R, de 31 de outubro de 2017, diárias (higienização, nutrição e hotelaria), bem como todas as ações necessárias para o tratamento em saúde mental.

O valor acima citado foi definido em 2016, a partir da negociação entre a SESA e as entidades nas quais são realizadas compras de leitos, tendo como base os valores mínimos pactuados com os estabelecimentos, conforme determinado no ofício circular OF/SESA/SSAROAS/Nº 0514/2016 e justificativa em anexo.

10.2 Após 60 (sessenta) dias de internação, o valor da diária corresponderá a 80% do valor inicial estipulado (R\$318,00) no item 10.1.1 e após 90 (noventa) dias o valor da diária corresponderá a 70% do valor inicial (R\$278,60) estipulado no item 10.1.1.

10.3 Os preços estipulados são fixos e irredutíveis, exceto quando houver alteração ou revisão dos valores pela Secretaria Estadual de Saúde.

10.4 - Cada CREDENCIADO poderá receber um pagamento mensal em montante diferenciado, variável em função da demanda, não havendo variação, entretanto, no que tange ao preço unitário estabelecido no item 10.1, aplicável a todos os estabelecimentos.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O GERAS/NEASA, atestará e encaminhará as notas fiscais à SESA para providências quanto ao pagamento, pelo procedimento de internação em saúde mental, os valores discriminados por diária em leito, conforme classificação do serviço, cujos critérios estão descritos no Anexo I –A (termo de referencia).

11.1 - Caberá a Credenciada no 1º dia útil após a conclusão da parcela comunicar por escrito a SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada tal fato, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato.

11.2 - Após recebimento do objeto, o CREDENCIADO deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias úteis.

11.3 - A fatura será paga até o 10º (décimo) dia útil após a sua apresentação. Após essa data será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times 12/100 \times ND/360$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

11.4 - Incumbirão à Credenciada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devido, a ser revisto e aprovado pela Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.

11.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Credenciada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada.

11.6 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 (Código Financeiro).

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1 - Compete à Credenciada:

- a) Executar o serviço conforme estipulado neste Edital;
- b) Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:
 - b.1) qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
 - b.2) bons princípios de urbanidade;
 - b.3) pertencer ao seu quadro de empregados.
- c) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;

- d) Responsabilizar-se pelo perfeito funcionamento do(s) equipamento(s), necessários à execução do objeto contratado, inclusive nas eventuais trocas de peças que apresentarem defeitos;
- e) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- f) Apresentar registro e classificação do Serviço no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (atualizado), segundo Portaria nº 376, de 03 de outubro de 2000.

12.1 - Compete à SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada:

- a) Pagar à Contratada, o preço estabelecido no edital ou em suas respectivas alterações;
- b) Designar servidor responsável pelo acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução dos serviços aqui ajustados.
- c) Realizar a distribuição dos serviços por meio da Central de Regulação de Exames, do Complexo Regulador da SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada, conforme critérios estabelecidos no anexo I-A, do Edital de Credenciamento.

13. DO DESCREDENCIAMENTO

13.1 – O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10216/2001, e na Lei Estadual 059-R/2017, ensejará o descredenciamento da entidade e a rescisão do contrato, bem como no Projeto Terapêutico Institucional ensejará o descredenciamento da instituição e, conseqüentemente a rescisão do contrato.

13.1.1 – Naquilo que couber, serão adotados para o descredenciamento da instituição, os mesmos procedimentos utilizados para a rescisão do contrato.

13.1.2 – ocorrendo o descredenciamento o interessado somente poderá solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2 – A entidade poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada a SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada, **com antecedência mínima de 90 (noventa) dias**.

13.3 – SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos CREDENCIADOS, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

14. DA RESCISÃO

A rescisão do contrato, que constituirá o instrumento do ajuste, poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A SESA/Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada, designará formalmente o servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento técnico **da execução do objeto deste credenciamento, cuja competência será realizar relatórios técnicos** de acordo com as seguintes normativas: LEI Nº 10.216, de 06/04/2001; PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO MS Nº 03, de 03/10/2017; LEI Nº 11.343, de 23/08/2006; DECRETO Nº 7.179 de 20/05/2010; LEI Nº 7.743, de 13/04/2004;

RDC ANVISA Nº 29, de 30/06/2011; RDC ANVISA Nº 63, de 25/11/2011; RDC Nº 50, de 21/02/2002 e suas atualizações; ABNT-NBR 9050/2012; PORTARIA Nº 529, de 01/04/2013, PORTARIA ESTADUAL Nº 059-R, de 31/10/2017, PORTARIA ESTADUAL Nº 090-R, de 13/10/2014 e respectivas atualizações.

15.1.1 – caberá a mesma, realizar quadrimestralmente um relatório de monitoramento constante no **ANEXO III - A – INDICADORES DE MONITORAMENTO (Termo de Referencia)** e encaminhar a GECORC, que fará a gestão do referido contrato.

15.2 - A CONTRATADA deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante do Estado.

15.3 - As instituições serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, no Anexo III-A (Termo de Referencia), e no Contrato, devendo a CONTRATANTE observar os seguintes aspectos:

15.3.1 - Quanto aos pacientes internados:

- a) tempo de permanência na Instituição;
- b) relacionamento com a família;
- c) relacionamento com a Instituição;
- d) relacionamento dos pacientes entre si;
- e) participação em atividades de lazer, esportivas, artísticas e culturais;

15.3.2 - Quanto a Equipe Técnica:

- a) assiduidade;
- b) qualidade de atendimento;
- c) articulação com a rede de atenção à saúde e rede socioassistencial nos casos em que se fizer necessário;

15.3.3 - Quanto a Contratada:

- a) relações interpessoais (Instituição/Família);
- b) nível de evasão com respectiva justificativa;
- c) condições de higiene;
- d) estrutura física;
- e) qualidade da alimentação fornecida aos pacientes;
- f) seguimento do Projeto Terapêutico Institucional;
- g) reinserção social.

15.4 - Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos no item 10 ou das obrigações e vedações constantes do Anexo I-A, a CONTRATADA será notificada para adequação no prazo determinado pela SESA.

15.5 - Nos casos em que a CONTRATADA deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente mediante justificativa, até que se proceda a sua correção.

15.5.1 - A notificação da contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensa a abertura de processo administrativo e a aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – O não cumprimento de quaisquer das obrigações da CONTRATADA ou inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará o CREDENCIADO à aplicação de multa de mora.

16.1.1 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Credenciamento e aplique as outras sanções previstas no item 16.2 deste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

16.2 - A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao CREDENCIADO:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 3% (três por cento) sobre o montante a receber pelo número de diárias no mês;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

16.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a SESA deverá notificar o CREDENCIADO, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do CREDENCIADO reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110, da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O CREDENCIADO comunicará a SESA as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo de credenciamento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a SESA proferirá decisão fundamentada e adotarão as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do CREDENCIADO, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo, a que se refere à alínea anterior, será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

16.4 – Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao CREDENCIADO, relativos às parcelas efetivamente executadas sobre o serviço CREDENCIADO.

16.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pelo CREDENCIADO.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17. - O CREDENCIADO é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de Credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido CREDENCIADO, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.1 - É facultado à Comissão, citada no item 1.2 deste Edital, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase do processo de credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.2 - Os participantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comissão, sob pena de desclassificação.

17.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4 - As decisões referentes a este processo de Credenciamento poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

17.5 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Presidente da Comissão.

17.6 - A participação neste processo de credenciamento implica aceitação de todos os termos deste Edital.

17.7 - A autoridade competente para aprovação do credenciamento somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.8 - Os CREDENCIADOS não terão direito à indenização em decorrência da anulação do credenciamento, ressalvado o direito do CREDENCIADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado em virtude do contrato estabelecido com a SESA/Superintendência(s) Regional(is) de Saúde de onde a Credenciada estiver situada.

17.9- A nulidade do credenciamento induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

17.10 - No caso de desfazimento do credenciamento, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

17.11 - Aplicam-se, no que couberem, aos instrumentos regulamentados por este Edital, as demais legislações pertinentes, e em especial: **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 63**, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde; e **demais legislações pertinentes ao(s) serviço(s) a ser(em) credenciado(s)**.

Vitória-ES, 28 de dezembro de 2018.

HEBER DE SOUZA LAUAR
Presidente da Comissão de Credenciamento

MARIA GORETTE CASAGRANDE DOS SANTOS
Chefe Núcleo Especial de Contratualização-nec

MAYANA MEGA ITABORAHÍ
Gerente de Contratualização da Rede Complementar – Gecorc

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO I-A

DESCRIÇÃO DO OBJETO

1 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO:

1.1 - Execução pelo CREDENCIADO de serviço de internação de condições agudas para adultos com transtornos mentais e comportamentais incluindo os decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, através de internações de curta duração, na área de Saúde Mental.

2 – CONDIÇÕES GERAIS SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - Os serviços de internação disponibilizados deverão atender à demanda dos municípios do Estado do Espírito Santo, sendo contratados de acordo com a necessidade e disponibilidade de crédito orçamentário e financeiro, reguladas pelo Núcleo Especial de Regulação de Internação (NERI), da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, de acordo com classificação de risco realizada conforme Protocolo estadual.

2.2 - Poderão ser internadas pessoas adultas com transtornos mentais e necessidades de saúde decorrentes do uso crack, álcool e outras drogas, para a realização dos seguintes procedimentos: Internação para tratamento em saúde mental para preservação da vida em situação de risco elevado de suicídio; Internação para tratamento em saúde mental para contenção de comportamento desorganizado e/ou disruptivo; Internação para tratamento em saúde mental para avaliação diagnóstica de transtornos mentais e adequação terapêutica, incluindo necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e outras drogas; Internação para tratamento em saúde mental para transtornos mentais e comportamentais devido ao uso abusivo de álcool, crack, demais drogas e/ou outras substância psicoativas.

2.3 - Os estabelecimentos deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos na Portaria Estadual 059-R, de 31 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 01 de novembro de 2017 e Portaria Estadual 090-R, de 13 de outubro de 2014.

2.4 - As internações devem ser de curta duração - preferencialmente observar o máximo de 30 (trinta) dias - e tem como finalidade o atendimento de quadros agudos associados a transtornos mentais e/ou a necessidades de saúde decorrentes do uso ou abuso de álcool, crack e outras drogas.

a) A cada 30 (trinta) dias, a instituição deverá encaminhar relatório assinado pelo seu responsável técnico ao Núcleo Especial de Supervisão Médica informando a situação do paciente e a previsão de alta.

b) Transcorridos 60 (sessenta) dias da internação, caso seja necessária sua prorrogação, a instituição deverá emitir laudo médico e multidisciplinar explicitando os motivos da continuidade, com descrição do quadro atual do paciente, abordagens terapêuticas realizadas até o momento e ações previstas no Projeto Terapêutico Singular do paciente a fim de viabilizar a alta e previsão de alta.

c) O Núcleo Especial de Supervisão Médica deverá analisar o pedido de prorrogação da internação, encaminhando sua autorização ou negativa ao NEASA.

d) Caso a prorrogação não seja autorizada, a instituição tem 15 (quinze) dias corridos para providenciar a alta do paciente. Após esse prazo, a internação será glosada.

e) A SESA poderá, a qualquer momento e a critério próprio, promover a transferência do paciente para outra instituição, sendo vedado à CREDENCIADA impor qualquer tipo de impedimento para tal procedimento.

2.5 - O serviço credenciado deve estar de acordo com as seguintes normativas: LEI Nº 10.216, de 06/04/2001; PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO MS Nº 03, de 03/10/2017; LEI Nº 11.343, de 23/08/2006; DECRETO Nº 7.179 de 20/05/2010; LEI Nº 7.743, de 13/04/2004; RDC ANVISA Nº 29, de 30/06/2011; RDC ANVISA Nº 63, de 25/11/2011; RDC Nº 50, de 21/02/2002 e suas atualizações; ABNT-NBR 9050/2012; PORTARIA Nº 529, de 01/04/2013, PORTARIA ESTADUAL Nº 059-R, de 31/10/2017, PORTARIA ESTADUAL Nº 090-R, de 13/10/2014 e respectivas atualizações.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

3.1 - A pessoa jurídica credenciada deverá possuir mecanismos próprios ou terceirizados de encaminhamento e transporte à rede de saúde dos pacientes que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de substância psicoativa, como também para os casos em que apresentarem outros agravos à saúde.

3.2 - A pessoa jurídica credenciada deverá possuir Projeto Terapêutico Institucional (PTI), contemplando as atividades e atendimentos desenvolvidos, as normas e rotinas da entidade, incluindo as normas e critérios para altas (terapêuticas, administrativas, por desistência ou evasão) e os procedimentos em casos de intercorrências clínicas. O PTI deve estar disponível para todos os pacientes e seus familiares, a qualquer momento, sem necessidade de solicitação formal.

3.3 - A entidade deverá possuir Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) com ações descritivas das técnicas e procedimentos relacionados ao cuidado do paciente. O POP deverá ser acessível e de conhecimento de todos os profissionais da equipe.

3.4 - Possuir material adequado para a realização de contenção mecânica e descrição no Manual do POP das técnicas e procedimentos de contenção física e mecânica.

3.4.1 - Quando realizada, a contenção física e mecânica deverá ser registrada no prontuário individual, com identificação do quadro que a motivou e do profissional que a autorizou, bem como do monitoramento do paciente enquanto contido.

3.5 - Possuir equipe técnica mínima descrita na Portaria Estadual Nº 059-R, de 31/10/2017.

3.6 - A pessoa jurídica credenciada deverá obedecer às seguintes obrigações:

3.6.1 - Manter prontuário individual de cada paciente, com evolução diária. O prontuário deverá conter:

- Dados de identificação (pessoal e familiar) e contatos familiares;
- Histórico do acompanhamento biopsicossocial prévio, incluindo institucionalizações anteriores;
- Histórico do uso de substâncias psicoativas (se houver);
- Motivo da internação;
- Evolução do vínculo familiar durante o período da internação;
- Atividades exercidas pelo paciente e sua frequência;
- Arquivos do acompanhamento do paciente na entidade;
- Encaminhamentos do paciente aos serviços do SUS, SUAS, e órgãos similares, inclusive aos familiares;
- Encaminhamentos visando à reinserção social;
- Discriminação das medicações, frequências de uso das mesmas e receitas médicas que as prescreveram.

3.6.1.2 - Iniciar a elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) de cada paciente em consonância com PTI da entidade, em até 05 (cinco) dias a contar da data da internação. O mesmo deverá ser periodicamente revisado e atualizado e estar anexo ao prontuário individual do paciente.

3.6.1.2.1 - O PTS desenvolvido na entidade prestadora de serviços deverá ser construído juntamente com o usuário do serviço, seus familiares e equipe de saúde do território de origem do usuário, respeitando as políticas públicas de saúde e assistência social, conforme as peculiaridades de cada caso.

3.6.1.3 - Disponibilizar, sempre que solicitado, o prontuário e o PTS, para consulta do paciente e/ou de órgãos de fiscalização e controle da Secretaria Estadual de Saúde.

3.6.1.4 - Comunicar, por meio formal e por correio eletrônico, cada internação realizada, à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente.

3.6.1.4.1 - As internações involuntárias devem ser comunicadas no prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Ministério Público.

3.6.1.5 - As altas terapêuticas programadas deverão ser comunicadas, por meio formal e por correio eletrônico, aos familiares ou pessoa previamente indicada no acolhimento e à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente, com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência. As altas administrativas, bem como casos de desligamento por desistência, abandono ou evasão, deverão ser comunicadas no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o ocorrido, à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente, por meio formal e por correio eletrônico.

3.6.1.5.1 - Nos casos de internações por via judicial, comunicar também à autoridade judiciária que determinou a internação.

3.6.1.6 - Informar imediatamente aos órgãos competentes, familiares ou pessoa previamente indicada no acolhimento e comunicar no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente, intercorrência grave ou falecimento do paciente, bem como comunicar imediatamente às autoridades policiais.

3.6.1.6.1 - Nos casos de internações por via judicial, comunicar também à autoridade judiciária que determinou a internação.

3.6.1.7 - Nas internações por determinação judicial, quando assim indicado na decisão judicial, enviar relatórios periódicos de acompanhamento à autoridade judiciária.

3.6.1.8 - Garantir a integralidade da atenção à saúde do paciente, seja por meio de articulação com os serviços integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), seja com recursos próprios.

3.6.1.9 - Articular junto à rede intersetorial a preparação para o processo de reinserção social do paciente.

3.6.1.10 - Garantir o acesso dos familiares à instituição durante o período de internação, bem como acesso aos meios de comunicação.

3.6.1.11 - Respeitar a orientação religiosa, sexual e/ou de gênero do paciente, sem impor e sem cercear nem obrigar a participação em qualquer tipo de atividade religiosa durante a permanência na entidade;

3.6.1.12 - Garantir o sigilo das informações prestadas pelos profissionais de saúde, familiares e pacientes;

3.6.1.13 - Nortear suas ações e a qualidade de seus serviços com base nos princípios de direitos humanos e de humanização do cuidado;

3.6.1.14 - Assegurar o encaminhamento imediato após a alta ao tratamento, preferencialmente ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou outro serviço/equipe de saúde mental disponível no município de origem do paciente;

3.6.1.15 - Proibir a troca e a comercialização de substâncias psicoativas, por pacientes ou funcionários, dentro da instituição;

4. DAS VEDAÇÕES

4.1 - À pessoa jurídica credenciada é vedado:

- a) Admissão de pessoas cuja situação requeira a prestação de serviços de saúde não disponibilizados pela instituição;
- b) Exigir qualquer tipo de contrapartida financeira ou em bens, do paciente e/ou de seus familiares;
- c) Praticar ou permitir ações de isolamento do paciente;
- d) Proibir o contato do paciente com familiares, salvo em situações excepcionais em que o contato com algum(ns) familiar(es) específico(s) possa ser prejudicial ao paciente, devendo, nesses casos, haver justificativa registrada no prontuário individual do paciente e reavaliação periódica da proibição;
- e) Praticar ou permitir castigos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais, bem como utilizar expressões estigmatizantes com os pacientes e/ou familiares;
- f) Submeter os pacientes a atividades forçadas ou exaustivas, sujeitando-os a condições degradantes;
- g) Receber ou administrar, direta ou indiretamente, recursos provenientes de renda própria ou benefício do paciente;
- h) Obstruir ou dificultar o acesso de profissionais devidamente identificados da Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do município onde a entidade se localiza, e Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de origem dos pacientes.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A não observância das obrigações listadas no item III desse anexo e/ou o descumprimento das vedações descritas no item IV, bem como dos dispositivos legais do item II.5, poderá implicar em advertência com solicitação e prazo para adequações ou descredenciamento imediato da entidade, a qualquer momento.

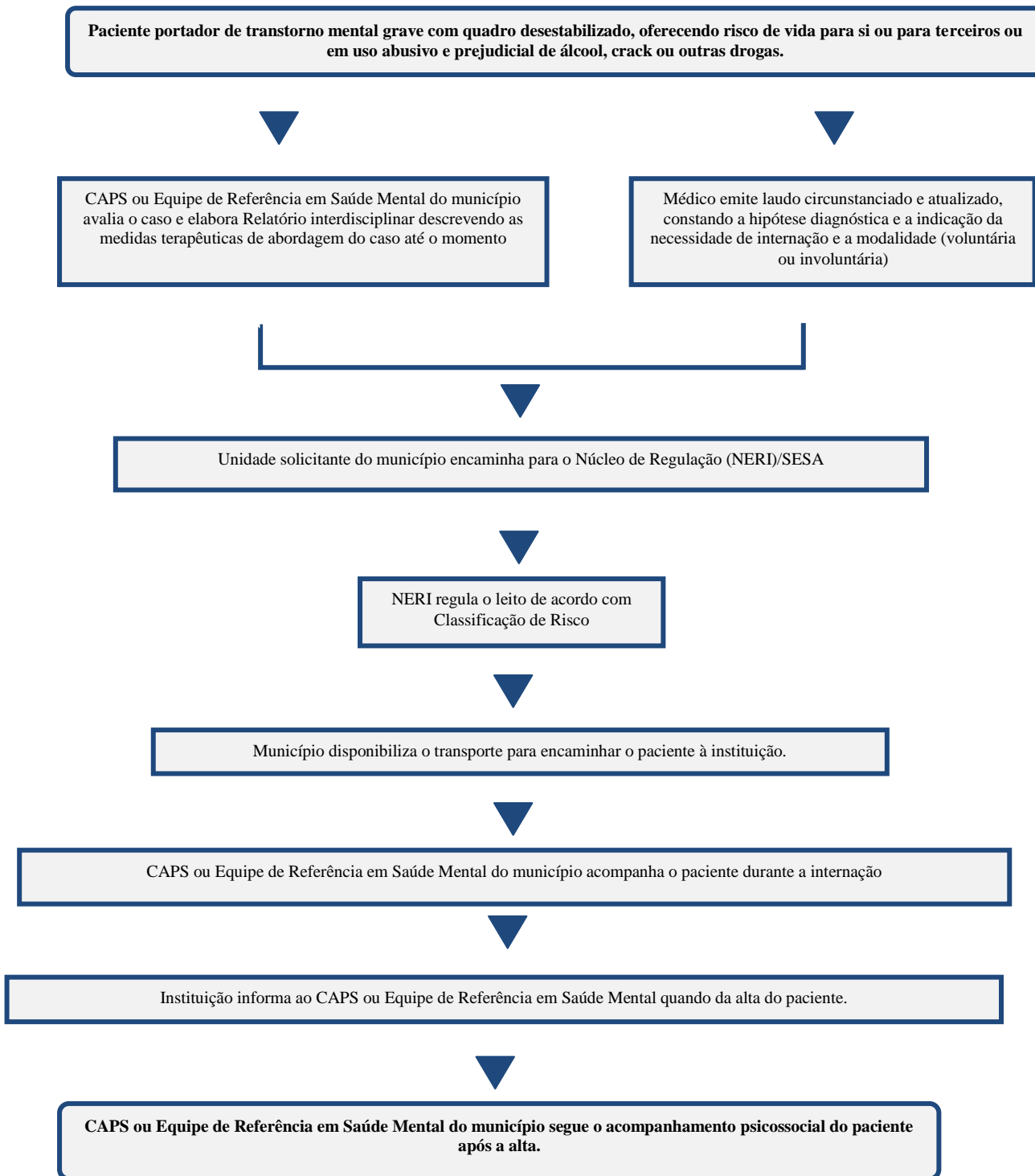
6. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO:

Na distribuição dos quantitativos de diárias para cada prestador credenciado serão considerados os seguintes critérios:

- a) Os quantitativos estimadas para atender as Macro Regiões, referenciados para o(s) município(s) executor(es) serão os estabelecidos na Programação Pactuada Integrada - PPI, realizada pelos gestores dos Municípios e do Estado;
- b) Os quantitativos, previstos no Edital, serão distribuídos, de forma isonômica, entre os prestadores credenciados;
- c) Para o encaminhamento será observado o número de prestadores credenciados, distribuindo de forma isonômica os exames/procedimentos, dentro da sequência ordinária, observando a capacidade instalada e a disponibilidade de cada prestador, conforme quantitativos pactuados no credenciamento;
- d) Caso não haja na região, nenhum prestador interessado em participar, o quantitativo de exames/procedimentos estimado para este território será realocado nas regiões de saúde onde existe serviço credenciado;
- e) Serão consideradas como base territorial as regiões de saúde que constam no Plano Diretor de Regionalização 2011 e Programação Pactuada Integrada (PPI);
- f) A cada ano será reavaliado, pela Comissão de Credenciamento, a necessidade e a distribuição dos exames aos serviços credenciados.

ANEXO II-A

FLUXO DE ENTRADA DE PACIENTES¹



ANEXO III-A

INDICADORES DE MONITORAMENTO

- 1) A Referência Técnica de Saúde Mental ou da Atenção Primária da SRS deverá, ir à visita munido da listagem dos pacientes ora internados pela SESA na instituição e as respectivas datas de internação
- 2) Verificar se há pacientes internados há mais de 60 dias
- 3) Verificar se todos os pacientes internados possuem prontuário individual
- 4) Selecionar alguns prontuários para análise individual (incluir os prontuários de pacientes internados há mais de 60 dias, se houver) – Número mínimo de prontuários selecionados deve equivaler a 30% dos pacientes internados pela SESA na instituição.
- 5) Verificar prontuários de pacientes que tiveram alta da instituição no período avaliado
- 6) Proceder à avaliação da instituição e emitir relatório Quadrimestralmente e encaminhar a GECORC que é a Gestora do contrato

ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PRONTUÁRIOS

Nome do paciente: _____

Data de Nascimento: ___/___/_____

Município de origem: _____

Data da internação: ___/___/_____

Hipótese diagnóstica: CID 10: _____

Modalidade de internação: () Voluntária () Involuntária () Compulsória

O Prontuário individual possui:

| Item | Sim | Não | Não se aplica |
|---|-----|-----|---------------|
| Dados de identificação (pessoal e familiar) | | | |
| Contato(s) familiar(es) | | | |
| Hipótese Diagnóstica | | | |
| Histórico do acompanhamento biopsicossocial prévio | | | |
| Histórico do uso de substâncias psicoativas | | | |
| Evolução diária | | | |
| Atividades exercidas pelo paciente e sua frequência | | | |
| Arquivos do acompanhamento do paciente na entidade | | | |
| Ficha dos encaminhamentos realizados | | | |
| Receituário médico | | | |

¹ O fluxo de regulação segue a Portaria 090-R, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 14/10/2014, que define os critérios para

ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

I – Identificação

Nome do serviço: _____
 Município: _____ UF: ES
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Ponto de Referência: _____
 Telefone: () _____
 Endereço eletrônico: _____
 CNPJ: _____
 CNES: _____
 Validade Alvará Sanitário: ___/___/_____ Órgão Emissor: _____
 Inscrição no CRM-ES (Instituição): _____
 Responsável Técnico (Médico): _____
 Registro CRM-ES (Responsável): _____

II – Estrutura de Atendimento

Número de leitos: _____
 Número de pacientes internados na data da visita: _____
 Número de pacientes internados (SUS): _____

III – Perfil dos usuários:

Sexo: () Feminino () Masculino () Ambos
 Faixa etária: () Adultos () Crianças/adolescentes () Ambos
 Perfil clínico: () Transtornos mentais graves () Álcool e drogas () Ambos

IV – Estrutura dos Recursos Humanos

| Profissional | Cargo | Registro profissional | Carga Horária Semanal | CNES (profissional de saúde) |
|--------------|-------|-----------------------|-----------------------|------------------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

internação de pacientes nas Clínicas Especializadas no Estado. Está em consonância com a Lei nº 10.216/2001.



PONTUAÇÃO

| Item | | Não se aplica | Sim | Não |
|---|--|---------------|-----|-----|
| 1 | O quadro de profissionais atende ao disposto na Portaria Estadual 059-R/2017? | | | |
| 2 | Média de dias de internação (marque SIM se abaixo de 60 dias, marque NÃO se acima de 60 dias) | | | |
| 3 | Intercorrências graves ou falecimento de paciente são comunicados: - aos familiares ou pessoa previamente indicada no acolhimento no prazo de 24 horas após o ocorrido? - à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente no prazo de 24 horas após o ocorrido? - imediatamente às autoridades policiais? <i>(Não se aplica: não ocorreram intercorrências graves ou falecimento)</i> | | | |
| 4 | Cumprimento integralmente o Projeto Terapêutico Institucional (PTI) apresentado e aprovado pela SESA? | | | |
| 5 | As altas terapêuticas programadas são comunicadas, por meio formal e por correio eletrônico: - aos familiares ou pessoa previamente indicada no acolhimento com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência? - à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente com pelo menos 05 dias úteis de antecedência? As altas administrativas, evasões, abandonos e desistências são comunicados, por meio formal e por correio eletrônico, à Secretaria de Saúde do município de origem do paciente no prazo de 72 horas após o ocorrido? <i>(Não se aplica: não ocorreram altas, evasões, abandonos ou desistências no período avaliado)</i> | | | |
| 6 | Quando da alta, usuário e familiares são orientados quanto à necessidade de continuidade do tratamento em regime comunitário e a procurar a rede de saúde e saúde mental do município de procedência e são encaminhados ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou outro serviço/equipe de saúde mental disponível no município de origem do paciente? – verificar cópia de encaminhamento escrito, com endereço e telefone do serviço. <i>(Não se aplica: não ocorreram altas no período avaliado)</i> | | | |
| A ser respondido a partir da análise dos prontuários individuais: | | | | |
| 7 | Os prontuários individuais possuem todos os itens necessários? (vide quadro de avaliação individual dos prontuários) | | | |
| 8 | Foi acionado algum serviço da rede de saúde do município de origem do paciente? | | | |
| 9 | Foi acionado algum serviço da rede intersetorial do município de origem do paciente? | | | |
| 10 | Foi realizado contato ou algum tipo de trabalho com a família do paciente? | | | |
| | TOTAL | | | |

Observações:

1 – a Coluna “NÃO SE APLICA” será considerada sempre que a situação relatada não acontecer no período da avaliação e fiscalização.

2 – O não atendimento de qualquer dos itens listados acima consiste em descumprimento contratual e sempre que constatado deverá ser analisada a aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666 e no item 14 do TR, mediante prazo para ampla defesa da contratada e também para regularização e adequação do item descumprido.

2.1 – Entende-se por não atendimento quando a resposta da avaliação do item for “NÃO”, nos termos do quadro acima.

3 – Caso haja reincidência no descumprimento do mesmo item por duas vezes consecutivas, ou ainda, caso haja descumprimento de itens distintos por três vezes alternadas, não consecutivas, no período de um ano, a SESA, além de realizar os procedimentos legais para aplicação das penalidades previstas na Lei 8666/1993 e no item 14 do TR, também deverá realizar o descredenciamento da contratada, nos termos do item 15 do TR e da legislação em vigor, mediante prévia avaliação da situação do caso concreto e das razões expostas pela contratada.

4 – O relatório com os resultados dos itens acima será elaborado quadrimestralmente, porém, as visitas técnicas e todos os atos referentes à fiscalização do contrato serão realizados com menor periodicidade durante toda a execução do contrato pelas pessoas designadas formalmente pela SESA para tanto.

5 – A qualquer momento, a critério da SESA ou mediante denúncia, poderão ser abertos procedimentos a parte para averiguação de descumprimentos contratuais, que correram em separado e serão citados posteriormente no relatório quadrimestral para fins de registro e de penalização, sendo que não poderá ocorrer aplicação de penalidade mais de uma vez sobre o mesmo fato.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO II

DA DOCUMENTAÇÃO

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários ao credenciamento deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Credenciamento, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da credenciada a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto deste credenciamento.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social (INSS).
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
- e) Alvará de Localização Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista);
- h) Certificado Cadastral – CRC emitido junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA
- i) Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da Credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A credenciada deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a credenciada poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a credenciada terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

VI - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela credenciada a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VII - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de que a participante prestou, sem restrição, serviço igual ou semelhante ao indicado no Anexo I, do Edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado, emitido por pessoa física ou jurídica, tomadora do serviço, compatível com o objeto deste credenciamento, observando o limite de 50% do quantitativo a ser credenciado, por prestador interessado, admitindo-se o somatório de atestados executados em um mesmo período;
- b) Possuir cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), compatível com o tipo de estabelecimento “Clínica Especializada”.
- c) Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- d) Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo – CRM (art. 30, I, da Lei nº 8.666/1993);

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente (com firma reconhecida em cartório), contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da participante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios;

a.1) Para Sociedade Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- demonstração dos fluxos de caixa. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à apresentação da demonstração dos fluxos de caixa;
- demonstração das mutações do Patrimônio Líquido ou a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- Notas explicativas do balanço.

a.2) Para outras empresas:

- Balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

b) Somente serão habilitados os participantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

b.1) As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;
AC – Ativo Circulante;
RLP – Realizável a Longo Prazo;
PC – Passivo Circulante;
PNC – Passivo Não Circulante*;

ii) Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;
AT – Ativo Total;
PC – Passivo Circulante;
PNC – Passivo Não Circulante*;

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;
AC – Ativo Circulante;
PC – Passivo Circulante;

* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).

c) Os credenciados que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou prestar garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerando o valor estimado para o período de 12 meses, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de habilitação;

c.1) A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais;

d) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

d.1) No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura do credenciamento.

d.2) Caso o credenciado se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação, constante neste edital.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

Parágrafo segundo. A comprovação dos índices referidos na alínea “b”, bem como do patrimônio líquido aludido na alínea “c”, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea “a” deste item, constituindo obrigação exclusiva do participante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

1.5 – DAS CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO (MODELO/ANEXO III)

a) A CREDENCIADA apresentará relação detalhada dos recursos humanos e da infra-estrutura do estabelecimento, conforme requisitos preconizados pela RESOLUÇÃO-RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde; ABNT – NRB 15.943, de 28 de abril de 2011, que define diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infra-estrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.

1.6 – DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988. (MODELO/ANEXO IV)

a) Declaração de que inexistente, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99), conforme modelo em anexo.

1.7 – DA DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES NÃO POSSUEM CARGO OU FUNÇÃO NO SUS. (MODELO/ANEXO V)

a) Declaração de que a Empresa não possui, em seu quadro societário, servidor público do Estado do Espírito Santo, e que atende, plenamente, o que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei nº 8.666/93; o § 4º, do artigo 26, da Lei nº 8.080/90; o inciso XIX, do artigo 221, da Lei Complementar nº 46/94 e o artigo 35, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

1.8 – DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS DO CONTRATO (MODELO/ANEXO VI).

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

- a) Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto nº 2.394-R, de 12 de novembro de 2009 e demais normas complementares;
- b) Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2;
- c) Somente serão dispensados os documentos exigidos no Item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade;
- d) Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto à Comissão de Credenciamento para fins de comprovar sua regularidade habilitatória;
- e) O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (Item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada;
- f) Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- g) Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá à Comissão de Credenciamento verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

Os participantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

3.1 - Participantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx> ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.2 – Participantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

§2º. O participante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

§ 4º A participante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO III

DAS CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO

- a) A CREDENCIADA apresentará relação detalhada dos recursos humanos e da infra-estrutura do estabelecimento, conforme requisitos preconizados pela RESOLUÇÃO-RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde; ABNT – NRB 15.943, de 28 de abril de 2011, que define diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infra-estrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.

QUADRO FUNCIONAL

| NOME/CATEGORIA FUNCIONAL | QUANTIDADE | VÍNCULO EMPREGATÍCIO | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------|------------|----------------------|---------------|
| | | | |

ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

| EQUIPAMENTO | MODELO | CAPACIDADE INSTALADA | SERVIÇO DE MANUTENÇÃO |
|-------------|--------|----------------------|-----------------------|
| | | | |

DATA: __/__/__

Assinatura e carimbo do Responsável



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei N.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória-ES, ___ de _____ de 20 ____.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES
NÃO POSSUEM CARGO OU FUNÇÃO NO SUS

À
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO
CREDENCIAMENTO SESA/SSAS/GCSS/NECSHA/ Nº ____/20__

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(ª) _____, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº _____ declara, não possuir em seu quadro societário, **servidor público do Estado do Espírito Santo**, e que atende, plenamente, o que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei nº 8.666/93; o § 4º, do artigo 26, da Lei nº 8.080/90; o inciso XIX, do artigo 221, da Lei Complementar nº 46/94 e o artigo 35, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

Vitória-ES, ___ de _____ de 20__.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
AOS TERMOS DO CONTRATO**

À
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO
CREDENCIAMENTO SESA/SSAS/GCSS/NECSHA/ Nº___/20__.

A empresa, por seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penalidades cabíveis, que possui conhecimento do termo de contrato de prestação de serviços, garantindo a capacidade ao atendimento das exigências concernentes à realização dos exames/procedimentos compreendidos no objeto contratual.

Vitória-ES, ___ de _____ de 20__.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – SESA/SASS/GECORC/NEC/Nº006/2018

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/____

PROCESSO N.º _____

CREDENCIAMENTO Nº ____/____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE _____ E A EMPRESA _____ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, NA ÁREA DE _____.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, doravante denominado CONTRATANTE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. _____, com sede na ____ (endereço completo) _____, no uso de suas atribuições de gestora do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, representada legalmente, conforme Portaria Nº _____, publicado no Diário de Imprensa Oficial – DIO/ES, de _____, pelo Subsecretário de Estado da Assistência em Saúde, _____, ____ (nome, nacionalidade, estado civil e profissão)____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CIC (MF) sob o n.º _____, residente e domiciliado _____ (endereço completo)_____, nomeado pelo Decreto n.º _____, publicado no DIO/ES, em _____ e a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE _____, com sede na ____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo(a) superintendente, o Sr (a Srª). _____, doravante denominados CONTRATANTES e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, com sede na ____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo sócio, _____, ____ (nome, nacionalidade, estado civil e profissão)_____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado _____ (endereço completo)_____ ajustam o presente CONTRATO de Prestação de Serviços de saúde, na área de _____ para realização de EXAMES/PROCEDIMENTOS _____, por execução indireta, nos termos das Leis Federais Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Nº 8.080/90, e suas alterações, Lei Estadual Nº 9.090/2008, e de acordo com os termos do processo Nº _____, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1-O presente contrato tem por objeto a execução pelo CONTRATADO de XXX (_____) exames/procedimentos por mês, equivalente a X.XXX (_____) exames/procedimentos por ano, na área de _____, constantes na Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, disponibilizados no Anexo I do Edital de Credenciamento nº ____/____.

1.2-Pagar-se-á pelo quantitativo mensal discriminado no item 1.1, o total estimado de R\$ X.XXX,XX (_____), e pelo quantitativo anual o total estimado de R\$ X.XXX,XX (_____), calculado com base nos valores constante na Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

1.3-O valor estimado para o pagamento mensal, não poderá ultrapassar o limite financeiro estimado, discriminado no item 1.2, devendo ser apurado eventual saldo não realizado dos meses anteriores para possível compensação nos meses subseqüentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1-Os serviços referidos na cláusula 1ª serão executados pelo CONTRATADO, com sede na Rua _____, nº ____, bairro____, CEP.: _____, Cidade_____, sob a responsabilidade técnica do Dr. _____, inscrito no CRM Nº _____.

2.2-A prestação dos serviços, objeto deste contrato, compreende a execução de _____na área de _____ para pacientes/usuários do SUS, conforme Anexo I-A, deste instrumento contratual.

2.3-Na execução dos serviços, objeto deste contrato, os pacientes/usuários do SUS deverão ser referenciados pela Central de Regulação de Consultas e Exames, da(s) Superintendência(s) Regional(ais) de Saúde de _____, e encaminhados ao CONTRATADO, Empresa _____, CNPJ _____, com sede no endereço supracitado.

2.4-Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, alínea "a", da Lei Nº 8.666/93, assim como da Lei Estadual Nº 9.090/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

3.1-Os serviços ora contratados deverão ser prestados sob responsabilidade do estabelecimento contratado por meio de profissionais a ele vinculado.

3.2-Para os efeitos deste contrato consideram-se profissionais vinculados ao estabelecimento contratado:

- a) Os profissionais com vínculos empregatícios ou registrados mediante contrato social;
- b) Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas no parágrafo primeiro desta cláusula, sejam admitidos nas dependências da CONTRATADA para prestar serviços.

3.3-Para os efeitos deste CONTRATO consideram-se profissionais do próprio estabelecimento da CONTRATADA:

- a) Membro de seu corpo clínico;
- b) Profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;
- c) Profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço à CONTRATADA, ou seja, por esta autorizada a fazê-lo.

3.4-Equipara-se ao profissional autônomo definido no item c, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

3.5-É vedada a cobrança a pacientes do SUS, a qualquer título, por serviços objeto do presente contrato.

3.6-A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional, empregado ou preposto, em razão de execução deste CONTRATO.

3.7-A CONTRATADA deverá afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nesta condição.

3.8-A eventual mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo, ainda, rever as condições do contrato e, até mesmo, rescindi-lo se entender conveniente.

3.9 - A ocorrência de nova designação do Diretor Clínico/Responsável Técnico também deverá ser comunicada à CONTRATANTE.

3.10-Notificar à CONTRATANTE qualquer eventual alteração de seu estatuto, e de mudança de sua diretoria, enviando no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada do termo aditivo devidamente registrado.

3.11-A CONTRATADA não poderá alterar o CNPJ, durante a vigência deste contrato, sob pena de rescisão. Para que à CONTRATADA promova a alteração de seu CNPJ fica este obrigado a fazer a comunicação formal junto à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando a critério da CONTRATANTE a aprovação da mudança e conseqüente alteração deste contrato.

3.12-Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste CONTRATO, as partes reconhecem as prerrogativas de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

3.13-A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento do paciente amparado pelo Sistema Único de Saúde, na hipótese de atraso superior a 90(noventa) dias no pagamento devido pelo poder público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1- Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do contrato mediante procedimentos de supervisão indireta ou in loco, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste termo e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, segundo roteiro e pontuação descritos no Anexo III-A (Indicadores de Monitoramento).
- b) Providenciar a publicação do instrumento contratual.
- c) Garantir o pagamento destinado à cobertura dos serviços executados desde que autorizados.
- d) Capacitar a CONTRATADA, através no Núcleo Especial de Regulação de Internação (NERI), para a utilização do sistema informatizado para regulação de leitos.
- e) Monitorar os indicadores de qualidade do serviço prestado por meio da Gerência de Contratualização da Rede Complementar (GECORC), que a Gestora do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

5.1- Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;
- b) Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado;
- c) Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes, com evoluções diárias de todos os profissionais participantes do cuidado;
- d) Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- e) Assegurar ao paciente o acesso a seu prontuário;
- f) Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- g) Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste contrato;
- h) Informar à CONTRATANTE, quando solicitado, o quantitativo diário de procedimentos realizados;
- i) Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim, de acordo com os artigos 15, incisos I e XI e artigo 17, incisos II e XI da Lei Federal 8.080/90;
- j) Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos profissionais necessários para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à CONTRATANTE e/ou MINISTÉRIO DA SAÚDE;
- k) Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS, com base nos princípios de regionalização e acessibilidade.
- l) Comprovar os registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins).
- m) Manter o quadro de funcionários atualizado no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), bem como os demais itens da estrutura.
- n) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.
- o) Executar o serviço ajustado nos termos do Anexo I-A, diretamente, sendo vedada a cessão total ou parcial da atividade.
- p) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos medicamentos psicotrópicos e necessários em intercorrências clínicas dos pacientes internados, bem como pelos cuidados terapêuticos, alimentação e serviço de hotelaria, sendo vedada a cobrança de qualquer tipo de contrapartida do paciente e/ou familiares.
- q) Possuir sistema informatizado para regulação de leitos e participar de treinamento para sua utilização junto ao NERI/SESA, conforme disposto no Item 9.4.

- r) Para utilização do sistema, dispor de internet banda larga 10Mb ou superior. , sistema operacional Windows XP ou superior, Flash Player 10 ou superior, resolução de tela 1024 x 768 pixels ou superior, aplicativo Java versão 7 ou superior, navegador de internet.
- s) Responder às solicitações de internação do NERI em até 2 (duas) horas do pedido, nos dias úteis.
- t) Observar todos os dispositivos de todos os Anexos.
- u) Apresentar ao Núcleo Especial de Autorização, Supervisão e Análise de Contas (NEASA) a fatura individualizada, bem como relatório detalhado da evolução do quadro clínico do paciente até o 3º dia útil do mês subsequente nos casos em que o paciente continuar internado e no terceiro dia útil após a alta, quando for o caso, com as diárias/despesas do mês de competência. Após aprovação pelo revisor da fatura apresentada, o estabelecimento deverá emitir a nota fiscal e entregar ao NEASA em até 48 horas para atesto e solicitação de liquidação e pagamento.
- v) Apresentar plano de contingência para situações não esperadas que contemple no mínimo situações de:
 - 1) Intercorrência clínicas;
 - 2) Tentativa de Suicídio, Suicídio e fugas,
 - 3) Entrada de substâncias ilícitas no serviço;
- w) Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS, com base nos princípios de regionalização e acessibilidade;
- x) Comprovar os registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins);
- y) Comprovar a especialização Lato Sensu, junto ao órgão autorizado pelo Ministério da Educação, nas ocupações/especialidades definidas no Código Brasileiro de Ocupação – CBO/Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP (Tabela SUS), para a execução do objeto credenciado/contratado.
- z) Cumprir durante toda a execução do referido contrato a **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 63**, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;..... e demais legislações pertinentes **ao(s) serviço(s) a ser(em) credenciado(s).**

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo procedimento de internação em saúde mental, os valores discriminados abaixo por diária em leito, conforme classificação do serviço, cujos critérios estão descritos no Anexo I-A.

6.1.1 Valor da diária: R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais) – referente a: honorários dos profissionais constantes na Portaria Estadual 059-R, de 31 de outubro de 2017, diárias (higienização, nutrição e hotelaria), bem como todas as ações necessárias para o tratamento em saúde mental.

O Valor acima citado foi definido em 2016, a partir da negociação entre a SESA e as entidades nas quais são realizadas compras de leitos, tendo como base os valores mínimos pactuados com os estabelecimentos, conforme determinado no Ofício circular OF/SESA/SSAROAS/Nº 0514/2016 e justificativa em anexo.

6.2 Após 60 (sessenta) dias de internação, o valor da diária corresponderá a 80% do valor inicial estipulado (R\$ 318,00) no item 6.1.1 e após 90 (noventa) dias o valor da diária corresponderá a 70% do valor inicial (R\$ 278,60) estipulado no item 6.1.1 .

12.3 Os preços estipulados são fixos e irrevogáveis, até a redefinição dos valores pela Secretaria Estadual de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FATURAMENTO

7.1 - A CONTRATADA deverá comprovar, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, o recolhimento do Tributo incidente, relativo ao faturamento imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação deste vinculada à apresentação do citado documento, devidamente autenticado.

7.2 - Nas guias de recolhimento do Tributo deve constar o número da nota fiscal correspondente.

7.3 - Em se tratando do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN deverá constar na guia de recolhimento:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- b) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- c) Número do contrato.

7.4 - A CONTRATANTE exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo faturamento e assim sucessivamente, cópia autenticada de Recolhimento do ISSQN, relativa ao mês imediatamente anterior, ficando à liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação.

7.5 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ou término do contrato, deverá a Contratada apresentar as Certidões Negativas dos Órgãos competentes, relativas à (i) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social; (ii) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado); (iii) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante; (iv) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; (v) Comprovante do recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN; (vi) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista); (vi) Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1-A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, sendo vedada a antecipação, na forma abaixo:

8.2-Caberá à CONTRATADA, no 1º dia útil, após a conclusão da parcela, comunicar, por escrito, a CONTRATANTE tal fato, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato.

8.3- Após recebimento do objeto, à CONTRATADA deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias úteis.

8.4-A fatura será paga até o 10º (décimo) dia útil após a sua apresentação. Após essa data será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times 12/100 \times ND/360$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

8.5-O pagamento de cada contraprestação far-se-á por meio de uma única fatura.

8.6-Incumbirão à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso devido, de cada fatura, a ser revisto e aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.

8.7-Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento. Será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo CONTRATANTE.

8.8-A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 (Código Financeiro);

8.9-Os documentos de regularidade fiscal deverão ser apresentados juntamente com a Nota Fiscal, a saber: (i) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social; (ii) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado); (iii) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante; (iv) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; (v) Comprovante do recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN; (vi) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista); (vi) Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES.

8.10-Além dos documentos acima indicados, os pagamentos serão efetuados aos contratados apenas depois que os serviços forem atestados por servidor que compõe o Núcleo de Regulação do Acesso, da Superintendência Regional de Saúde a qual o serviço encontra-se referenciado.

8.11-Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas, previstas neste contrato, ficam vinculados aos recursos do Fundo Estadual de Saúde – FES.

CLAUSULA NONA - REGULAÇÃO, MONITORAMENTO, VISTORIA

9.1-Os procedimentos, ora contratados, serão autorizados e regulados pela Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada.

9.2-O monitoramento das atividades objeto deste contrato será realizado pela Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada.

9.3- A CONTRATANTE, por meio da Superintendência Regional de Saúde da Macro Região onde a Credenciada estiver situada, designará formalmente o servidor, responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização dos serviços contratados, observando as disposições deste contrato sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1-A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93, com aplicação do art. 80, da mesma Lei, se forem o caso.

10.2-A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações tributárias e trabalhistas, seja no momento da apresentação da fatura/nota fiscal, ou em qualquer oportunidade, na qual a comprovação seja demandada pela CONTRATANTE, obriga a Administração a adotar as seguintes medidas, imediata e cronologicamente:

- a) Seguir, no que couber, o rito procedimental previsto no item 10.3 deste contrato, a fim de que se assegure a ampla defesa e o contraditório;
- b) Em não sendo aceitas as justificativas ofertadas pela CONTRATADA, efetuar a rescisão do contrato e determinar a imediata interrupção da execução do objeto;
- c) Executar a garantia contratual, os valores das multas e as eventuais indenizações devidas à Administração, bem como reter os créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos que lhe forem causados, especialmente, aqueles decorrentes de responsabilização subsidiária por inadimplemento de obrigações trabalhistas, observando-se, para tanto, os critérios da compensação;
- d) Por fim, efetuar o pagamento de eventual saldo remanescente em favor da Contratada ou adotar as diligências necessárias à cobrança judicial de saldo remanescente em favor da Administração, conforme o caso.

10.3-A CONTRATADA declara sua anuência com a possibilidade de retenção de créditos advindos deste contrato até que seja comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ADITAMENTOS

11.1-O presente contrato poderá ser aditado, nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS

12.1-Os recursos, a representação e o pedido de reconsideração somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas para contratação dos serviços decorrentes do presente contrato correrão à conta da Atividade nº _____, UG nº _____, Elemento de Despesa nº _____, Fonte nº _____, do orçamento da Superintendência Regional de Saúde de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ _____ (_____), na modalidade de _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis do início de sua vigência.

14.2 - Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

- 14.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 14.2.2 - Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.2.3 - Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- 14.2.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

14.3 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 1 (mês) meses após o término da vigência contratual.

14.4 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

14.5 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

14.6.1 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.6.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

14.7 - Será considerada extinta e liberada a garantia:

14.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais;

14.7.2 - No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – O Servidor _____(Nome)_____, matrícula nº _____, designado pela Superintendência Regional de Saúde de _____ será responsável pelo acompanhamento, e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

15.2-O recebimento do serviço ocorrerá da seguinte forma:

- a) O Servidor designado, de acordo com o item 15.1, responsável por seu acompanhamento e fiscalização, juntamente com a Central de Regulação de Exames, do Complexo Regulador da Superintendência Regional de Saúde de _____, mediante análise e aprovação de documento, apresentado pela contratada, referente aos serviços regulados e efetivamente executados, realizará o ateste da correspondente Nota Fiscal.

15.3–O CONTRATANTE poderá, por intermédio dos auditores da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), realizar auditoria na sede da empresa a fim de analisar qualquer fato ou documento relacionado ao objeto deste Contrato.

15.3.1-A auditoria “*in loco*” será realizada a critério da CONTRATANTE, após o devido ajuste de dia e hora, ficando desde já autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

a) Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

b) Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução dos serviços;

c) A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2, deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

16.2-A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções a CONTRATADA:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 3% (três por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º, da Lei nº. 10.520/02;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

d.1 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

d.2 Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

d.3 Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

d.4 Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do contratado no SICAF.

16.3-As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONTRATANTE deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente, ou por correspondência, com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observado a regra do artigo 110, da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) A CONTRATADA comunicará a CONTRATANTE as mudanças de endereço ocorrido no curso do processo de credenciamento e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a CONTRATANTE proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do contratado que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo - PGE.

16.4-Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

16.5-Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão, ainda, ser descontados da garantia prestada pela contratada;

16.6-Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e terá duração enquanto vigor o edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO DESCRENCIAMENTO

18.1 – O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal 8.080/90 e na Lei Estadual 9.090/2008, ensejará o descredenciamento da entidade e a rescisão do contrato.

18.1.1 Naquilo que couber, será adotado para o descredenciamento os mesmos procedimentos utilizados para a rescisão do Contrato.

18.1.2 Ocorrendo o descredenciamento o interessado somente poderá solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

18.2 A SESA poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

18.3 A entidade poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

18.4 A CONTRATANTE poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor do CREDENCIADO, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Ficam estabelecidos o Foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para que produza seus efeitos legais.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Vitória (ES), ____ de _____ de 20____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Subsecretaria de Estado da

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Superintendência Regional de

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio – Empresa.....

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO I-B

CONTRATO N.º/20__

PROCESSO N.º _____

CRENCIAMENTO Nº ___/___

PLANO DE TRABALHO

Identificação do Objeto a ser executado:

O presente contrato tem por objeto a execução estimada pela CONTRATADA de XXX (_____) exames/procedimentos mensais, equivalente a X.XXX (_____) exames/procedimentos anuais, na área de _____, constantes na Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, conforme consta na Portaria MS/SAS nº 1.340 de 1º de dezembro de 2014, disponibilizados no Anexo I-A, do Edital de Credenciamento 002/2016.

Metas Estimadas a serem atingidas:

Realização de XXX (_____) exames/procedimentos mensais, equivalente a X.XXX (_____) exames/procedimentos anuais, totalizando o valor estimado mensal de R\$ X.XXX,XX (_____) e anual de R\$ XXX.XXX,XX (_____).

O quantitativo de exames/procedimentos mensais poderá ser alterado, para maior ou menor, em função dos procedimentos regulados pela Superintendência Regional de Saúde de _____, devendo ser respeitado o limite do teto financeiro mensal, podendo ser apurado eventual saldo não realizado nos meses anteriores para possível compensação nos meses subseqüentes.

O Fluxo de atendimento, junto ao prestador, será estabelecido pela Superintendência Regional de Saúde de _____.

Etapas de execução:

| PERÍODO | SERVIÇOS DE EXAMES/PROCEDIMENTOS DE _____ - _____ /QUANTIA MENSAL. | LIMITE DE TETO MENSAL (R\$) |
|--------------|---|--------------------------------|
| MÊS 01 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 02 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 03 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 04 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 05 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 06 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 07 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 08 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 09 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 10 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 11 | XXX | X.XXX,XX |
| MÊS 12 | XXX | X.XXX,XX |
| TOTAL | X.XXX | XXX.XXX,XX |

Previsão de início

e fim da execução do objeto:

Início da execução do contrato: ___/20__

Fim da execução: Enquanto vigor o edital de credenciamento, conforme disposto na Cláusula Décima Sétima do Contrato.